



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNANÇA E GESTÃO ESTRATÉGICA

PA Nº 118/2019

ATA DA 3ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

No dia 06 de dezembro de 2022, às 8h30, reuniu-se o Comitê de Governança e Gestão Participativa – CGOV, instituído pela Resolução Administrativa TRT 18ª nº 83/2018 para realização da 3ª Reunião de Análise da Estratégia de 2022. Participaram presencialmente, no Auditório da Presidência, os seguintes membros do CGOV: Daniel Viana Júnior, Desembargador-Presidente e Coordenador do Comitê; Geraldo Rodrigues do Nascimento, Desembargador Vice-Presidente e Corregedor; Narayana Teixeira Hannas, Juíza Coordenadora do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição; Fernando Rossetto, Juiz Presidente da AMATRA XVIII; Gustavo da Costa Seixas, Secretário-Geral da Presidência; Cleber Pires Ferreira, Secretário-Geral Judiciário; Fabíola Rios Monteiro Barbosa, representando o Diretor-Geral, Álvaro Celso Bonfim Resende; Jorge Luis Machado, Ouvidor Auxiliar; Cynthia Thereza Bacelar Xavier, Diretora da Secretaria da Corregedoria Regional; Gercivaldo Lorero Junior, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Murilo de Barros Carneiro, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Januário Justino Ferreira, suplente do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, Alpiniano do Prado Lopes; Isonel Bruno da Silveira Neto, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás; e Joelson da Conceição Lisbôa, Presidente da ASJUSTEGO. Participou, por videoconferência, Robnaldo José Santos Alves, Secretário-Geral de Governança e Gestão Estratégica.

Justificada a ausência da Desembargadora Iara Teixeira Rios, Diretora da Escola Judicial.

Registro a participação presencial dos magistrados Eugênio José Cesário Rosa, Desembargador do Trabalho; e Platon Teixeira de Azevedo Neto, Juiz do Trabalho.

Registro a participação presencial dos servidores: Afrânio Honorato Pinheiro, Diretor da Secretaria de Material e Logística; Anderson Abreu de Macedo, Diretor da Coordenadoria de Documentação; Augusto Claudino Dias, Diretor da Coordenadoria de Precedentes e Jurisprudência; Cássia Maria Sebba Kafuri, Diretora da Secretaria de Manutenção e Projetos; Diogo Felipe de Aguiar, Diretor da Divisão de Planejamento de Comunicação; Fábio Oliveira Borges Júnior, Assessor do Gabinete do Desembargador do Trabalho Eugênio Rosa; Fernando Silva de Queiroz Barreto, Diretor da Coordenadoria de Apoio à Governança Institucional; Flávia Ferreira Souza, Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças; Gustavo Melo Moraes, Diretor da Coordenadoria de Planejamento e Gestão de TIC; Hamilton Natsuo Hayashida Junior, Chefe da Seção de Apoio à Governança de TIC; João Hélio Martins Júnior, Chefe da Seção de Planejamento e Projetos; Lara Cristina Nercessian de Barros, Diretora da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão; Lídia Barros Nercessian, Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social; Maísa Bueno Machado, Diretora da Secretaria de Licitações e Contratos; Marcos Balduino de Oliveira, Diretor da Secretaria de Auditoria; Sandra de Carvalho Dias do Nascimento, Diretora da Secretaria de Recurso de Revista; Thiago Marinho do Nascimento, Assessor do Gabinete do Desembargador do Trabalho Eugênio Rosa; Tiago André de Freitas, Assessor da Secretaria-Geral da Presidência; Vinícius Graciano Elias, Diretor da Coordenadoria de Segurança da Informação; Wedson Wagner Rodrigues Leite, Assessor de Apoio Administrativo da Presidência; e Wilane Carlos da Silva

Massarani, Diretor da Coordenadoria de Estatística.

Faço constar ainda que nesta última reunião do ano tivemos a presença de Rafael Lara Martins, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Goiás, que solicitou a palavra para externar - em nome dos advogados deste Estado - agradecimento ao Desembargador-Presidente, Daniel Viana Júnior, pela boa parceria da classe com o Poder Judiciário Trabalhista. Salientou que há uma relação de diálogo com o Tribunal, e que pode afirmar que os advogados sentem-se respeitados e envolvidos nas ações da administração deste Órgão, ao que destacou a participação de membro da OAB-GO no colegiado, com direito a voto.

O Desembargador-Presidente, ao abrir a reunião, agradeceu a participação de todos e todas e passou a palavra à secretária, que conduziu as discussões dos itens constantes da pauta:

1) Apresentação de resultados, iniciativas, análise crítica e de riscos relativos aos indicadores do Plano Estratégico do TRT-18: Os gestores do Tribunal responsáveis por indicadores estratégicos e/ou iniciativas apresentaram os resultados obtidos, as ações que estão sendo realizadas para atingimento das metas, bem como fizeram análise crítica dos dados e de riscos, conforme documento juntado às fls. 1812/1899 (doc. 582).

Quando da apresentação do Objetivo Estratégico “Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados”, discutiu-se acerca da adequação da meta para o indicador de avaliação no iGOVTIC-JUD, após resultados da última avaliação. A nota obtida no questionário do iGovTIC-JUD 2022 foi de 78,87 (0,78). O chefe da Seção de Apoio à Governança de TIC trouxe o contexto de transição entre Estratégias Nacionais, estabelecidas pelo CNJ, explicando o embasamento do valor escolhido anteriormente, e sinalizou que a meta poderia ter sido mais ousada. **Restou deliberado que a meta de 2023 para o indicador de avaliação do iGOVTIC-JUD será 86 (de 0,86), “Excelência”, levando em consideração os valores estipulados no Anexo IV da portaria 170/2022.**

Ao ser abordado o Plano de Gestão da Comunicação, no objetivo estratégico “Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais”, a Diretora da Coordenadoria de Comunicação Social trouxe os estudos realizados para o indicador “Efetividade dos posts da intranet”. Na última reunião deste colegiado, havia sido percebida a necessidade de atualização da meta proposta para tal indicador, tendo em vista que o desempenho estava sendo inferior ao estabelecido. Na interpretação do desempenho ocorrido, foram detalhados o contexto de mudança de comportamento do público-alvo (possivelmente relacionado ao cenário de pandemia e teletrabalho), as novas ferramentas de comunicação que geram concorrência com os acessos da intranet, a efetividade de cada canal de comunicação, dentre outras questões. Em consequência da análise trazida, o Desembargador-Presidente apresentou a sugestão de se criar um indicador consolidado (dos diversos canais de comunicação voltados ao público interno), o qual possa demonstrar a efetividade do alcance da notícia, independente do meio utilizado. **O comitê acatou a sugestão, restando deliberado que a meta deste indicador permanece suspensa e que a Coordenadoria de Comunicação Social deve trazer na primeira reunião do CGOV de 2023 uma proposta de novo indicador consolidado (abrangendo os diversos canais internos) para medir a efetividade da comunicação com o público interno.**

2) Projetos do TRT-18: o chefe da Seção de Planejamento e Projetos apresentou o resultado geral das iniciativas e dos projetos. Evidenciando algumas iniciativas canceladas e não iniciadas, trouxe motivações e justificativas relacionadas a essas. Também destacou aquelas concluídas, demonstrando a relevância de tais ações. Apresentou, em seguida, os projetos da gestão atual e os remanescentes da gestão anterior, e citou, por fim, os não vinculados ao Plano de Gestão. Tudo conforme documento constante das fls. 1887/1898 (doc. 582).

3) Metas aprovadas para 2023: o Secretário-Geral de Governança e Gestão Estratégica trouxe informações das metas aprovadas no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário para o ano de 2023 (ocorrido em 21 e 22 de novembro do corrente). Explicou que várias metas foram mantidas (metas 1 a 3; 5; e 11), alterando-se apenas os períodos de referência de algumas dessas. A meta 9, válida para todos os segmentos da Justiça, ficou definida como “Implantar, no ano de 2023, um

projeto oriundo do laboratório de inovação, com avaliação de benefícios à sociedade e relacionado à Agenda 2030”. Além disso, especificamente para a Justiça do Trabalho, ficou aprovada - em “Promover a saúde de magistrados e servidores” - a meta “realizar exames periódicos de saúde em 15% dos magistrados e 15% dos servidores e promover pelo menos 3 ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmos do ano anterior”. O documento correlato segue acostado à seq. 583, fls. 1900/1906.

Sem mais discussões, a reunião foi encerrada às 12h08. Eu, Paula Rejane dos Santos Guimarães, Chefe da Seção de Apoio à Governança de Contratações e Pessoas, lavrei esta ata, que foi assinada por mim e pelos membros do CGOV.

A S S I N A T U R A S

[Documento assinado eletronicamente por]

ISONEL BRUNO DA SILVEIRA NETO

CLEBER PIRES FERREIRA

SECRETARIO-GERAL JUDICIARIO CJ-4

GERCIVALDO LORERO JUNIOR

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

CYNTHIA THEREZA BACELAR XAVIER

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

FERNANDO ROSSETTO

JUIZ SUBSTITUTO

MURILO DE BARROS CARNEIRO

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

DANIEL VIANA JÚNIOR

DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL

ROBNALDO JOSÉ SANTOS ALVES

SECRETÁRIO-GERAL DE GOVERNANÇA CJ-4

GUSTAVO DA COSTA SEIXAS

SECRETARIO-GERAL DA PRESIDENCIA CJ-4

GERALDO RODRIGUES DO NASCIMENTO

DESEMB. VICE PRES. TRIBUNAL

JOELSON DA CONCEIÇÃO LISBÔA

DIRETOR DE SECRETARIA CJ-3

JANUÁRIO JUSTINO FERREIRA

NARAYANA TEIXEIRA HANNAS

JUIZ TITULAR

JORGE LUIS MACHADO

OUVIDOR AUXILIAR CJ-2

Goiânia, 15 de dezembro de 2022.